

***Em relação ao relatório da APIB em parceria com a Amazon Watch, a Cargill sempre busca atuar com base em princípios éticos e em conformidade com a legislação das localidades onde atua, a fim de fortalecer os sistemas alimentar e agrícola. Em todas as nossas operações, consideramos os seguintes pontos como compromissos essenciais:***

- Demonstrar integridade, ética e transparência***
- Operar cadeias de abastecimento sustentáveis***
- Proteger os direitos humanos***
- Promover a inclusão e a diversidade***
- Garantir a segurança das pessoas, animais e do sistema alimentar***

***Em nossa política pública e voluntária de [soja sustentável](#), destacamos nosso compromisso em respeitar e defender os direitos dos trabalhadores, povos indígenas e comunidades locais. Com relação à posse da terra, nosso compromisso é apoiar as Diretrizes Voluntárias da FAO sobre Governança Responsável da Posse de Terra; e respeitar os direitos dos povos indígenas e comunidades locais. Apoiamos o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) como um elemento fundamental para proteger esses direitos. Isso se baseia em nosso [Compromisso de Direitos Humanos](#), que descreve nosso trabalho inabalável para tratar com dignidade e respeito todas as pessoas em nossas cadeias de abastecimento e nas comunidades onde trabalhamos.***

***Em relação ao processo judicial mencionado no relatório, é importante esclarecer que a Cargill não faz parte dessa ação e não consta em nenhum dos autos da ação.***

***Sobre as cadeias de suprimentos sustentáveis, abordando o desmatamento e a conversão de terras nativas, além de nosso trabalho para proteger os direitos humanos, a Cargill está promovendo a sustentabilidade de toda a cadeia de abastecimento da soja. Como cumprimos todas as leis e acordos onde operamos, a Cargill tem sido um dos principais apoiadores da Moratória da Soja na Amazônia, um pacto comercial voluntário assinado em 2006 pela indústria de óleo vegetal e exportadores de cereais junto com a sociedade civil e organizações governamentais. Com a assinatura do documento, a indústria se comprometeu a não comprar soja de terras desmatadas após 2008. Esse esforço já contribuiu para a queda de 80% do desmatamento na Amazônia na última década e, em 2016, foi prorrogado indefinidamente.***

***Também temos o compromisso público de eliminar o desmatamento em nossas cadeias produtivas até 2030. Para atingir essas metas, temos planos de ação focados nas cadeias prioritárias, incluindo a soja na América do Sul.***